

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.834 - SP (2019/0294968-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : BRUNO ZOGAIBE BATISTELA - SP420501**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : OTAVIO HENRIQUE RODRIGUES MARQUES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de OTÁVIO HENRIQUE RODRIGUES MARQUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente teve deferida a remição de 12 dias de pena em razão da leitura.

Irresignado, o Ministério Público interpôs Agravo em Execução perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso nos termos do acórdão de fls. 65/71.

Opostos Embargos infringentes, o acórdão restou assim ementado:

*Embargos infringentes em Agravo em Execução Penal da Justiça Pública Remição pela leitura Ausência de previsão legal Leitura de obras literárias que não pode ser equiparada ao estudo – Impossibilidade de interpretação extensiva do artigo 126 da LEP Causas de extinção de pena que devem ser instituídas por lei federal Situação que caracteriza ofensa ao princípio da legalidade Prevalência da solução proclamada pela Doutrina maioria Nego provimento aos embargos infringentes (fl. 86).*

No presente *writ*, sustenta que a Recomendação n. 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do que foi decidido pelo Juiz de primeiro grau, admite a remição pela leitura. No mesmo sentido, há a Lei Estadual n. 16.648/2018.

Requer, assim, o restabelecimento da decisão de primeiro grau.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 95/98.

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

A presente discussão cinge-se à possibilidade de remição de dias de pena por meio da leitura, matéria que já foi confirmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, adotando a Corte o entendimento de que se trata de analogia *in bonam partem* da remição por estudo, expressamente prevista no art. 126 da Lei de Execuções Penais. Veja-se:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELA LEITURA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM DISSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.**

**1. Hipótese em que o reeducando teve remidos quatro dias de sua reprimenda privativa de liberdade pela leitura, nos termos da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça.**

**2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento no sentido de ser viável a concessão da remissão por atividades não expressas na lei, diante de uma interpretação extensiva *in bonam partem* do artigo 126 da Lei de Execução Penal.**

**3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 696.637/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 4/3/2016)**

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. EXECUÇÃO PENAL. (1) REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA. ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. TELEOLOGIA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA *IN BONAM PARTEM*. PRECEDENTES. (2) WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

**1. A finalidade do instituto da remição, ao abreviar a pena, é incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social e, portanto, o art. 126 da LEP admite interpretação extensiva *in bonam partem*, permitindo-se a remição pela leitura.**

**2. Writ não conhecido. Ordem expedida de ofício, para**

# Superior Tribunal de Justiça

*restabelecer a decisão do juízo singular (execução n.º 815/14) (HC 326.499/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 17/8/2015)*

Desse modo, o posicionamento do Tribunal de origem de que a ausência de Lei Federal regulamentando a matéria impede a concessão do benefício, não encontra respaldo no entendimento consolidado nesta Corte Superior.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração. Contudo, concedo a ordem de *habeas corpus* de ofício para restabelecer a decisão de primeiro grau que concedeu a remição pela leitura ao paciente.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator